



DESENVOLVIMENTO REGIONAL OU AUTONOMIA? ALTERNATIVAS DESDE O MOVIMENTO ZAPATISTA E O MST

Diego Boehlke Vargas, economista, Mestre em Desenvolvimento Regional, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, e-mail: vargasdb@gmail.com

Ivo Marcos Theis, economista, Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, e-mail: theis@furb.br

Resumo: O presente artigo tem como tema a relevância das experiências do Movimento Zapatista, no México, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, para uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional. O pressuposto inicial é de que a autonomia presente em ambas as experiências é inerente às práticas que os constituem, qualificando-os como legítimas dinâmicas que inspiram e fortalecem grupos sociais que demandam autonomia. A ótica da autonomia se sobressai, então, no âmbito de uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional, apontando caminhos para alternativas ao desenvolvimento (regional). Os resultados presumem a descoberta de conceitos que auxiliam em um pensar sobre alternativas ao desenvolvimento (regional), bem como de características sobre autonomia a partir das experiências selecionadas. A autonomia observada pelas experiências do Movimento Zapatista e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra remete a impulsos por autodeterminação social desde a América Latina. Passa-se a entender desenvolvimento regional sob sua possibilidade normativa e propositiva, conectado a estratégias que não privilegiem a regulação pelos Mercados ou a ação dos Estados para a dissolução das disparidades regionais. Em termos normativos, desenvolvimento regional passa a despontar como um campo de estudo que impulse e reconheça a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Autonomia. Desenvolvimento regional. Movimento Zapatista. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Introdução

O questionamento mais geral que anima este artigo se refere à relevância das experiências do Movimento Zapatista, no México, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, para uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional. De um lado, se procura compreender a autonomia específica de cada um dos movimentos sociais, bem como desvelar seus méritos enquanto estímulos à autodeterminação social em geral. De outro lado, a preocupação está em identificar contribuições da ótica da autonomia para uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional.

O pressuposto inicial é de que a autonomia presente em ambas as experiências é inerente às práticas que os constituem, qualificando-os como legítimas dinâmicas que inspiram e fortalecem grupos sociais que demandam autonomia. A ótica da autonomia se sobressai, então, no âmbito de uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional, apontando caminhos para alternativas ao desenvolvimento (regional).

Nos marcos deste estudo, a problemática se organiza, portanto, a partir das seguintes perguntas: Por que analisar impulsos por autodeterminação social à luz de experiências como aquelas oriundas do Movimento Zapatista e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Por que identificar contribuições da ótica da autonomia para uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional? Qual o propósito em indicar alternativas ao desenvolvimento e, principalmente, ao desenvolvimento regional?

Cabe dizer que a discussão sobre autonomia e desenvolvimento, bem como parte das respostas às perguntas anteriores, vêm compondo a agenda de pesquisas do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Desta forma, a análise das experiências mexicana e brasileira trata-se de uma contribuição à agenda de pesquisa junto ao NPDR. Além disso, o tema se insere nos limites projeto de doutorado do primeiro autor deste artigo, cujas reflexões tendem a colaborar com a execução da proposta junto ao PPGDR/FURB.

Por meio desta perspectiva, procura-se dar atenção às organizações da sociedade civil autodeterminadas no território, à produção de outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e de conhecimento, ou seja, se quer dar importância à relação entre teoria e prática nas lutas sociais e populares em diferentes povos subjugados pela “violência” presente nas lógicas neoimperiais/coloniais do mundo globalizado. Uma expectativa é que se passe a levar em conta a possibilidade de se deslocar a noção de



desenvolvimento do ponto de vista tradicional em favor de uma alternativa que signifique *impulso para a autodeterminação social* por parte dos dominados, dos subalternizados, dos que não vivem de trabalho alheio. Ainda que não se possa negar a presença capital e do Estado, quiçá se possa negar suas institucionalidades, as quais têm negado a autonomia coletiva e a emancipação social (THEIS, 2022).

De forma didática, o artigo se divide em cinco seções, sendo a primeira destinada a esta introdução. Na seção dois procura-se relativizar desenvolvimento regional pela perspectiva de sua trajetória histórico-conceitual. A seção três realiza uma análise específica da compreensão a respeito de autonomia. Uma quarta seção destina-se às experiências mexicana e brasileira enquanto movimentos que incitam autonomia. A última seção se reserva para as considerações finais do artigo.

Desenvolvimento regional, acumulação primitiva, emancipação

Faz relativamente pouco tempo que desenvolvimento se tornou uma palavra determinante quando se pensa na organização social e econômica dos territórios. Sua difusão é relativamente recente, uma vez que ganha relevância pública e reconhecimento entre os “*experts*” de diversos países somente ao final da década de 1940. Decorre, pois, do uso de um termo, supostamente, oposto, o subdesenvolvimento. O programa econômico norte-americano exposto pelo governo Truman em 1949, com o subterfúgio de levar desenvolvimento para o mundo, trazia, em suas entrelinhas, uma nova percepção do “eu” e do “outro” ao criar uma maioria populacional global homogênea e indiferente: “daquele momento em diante, [dois bilhões de indivíduos] deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila [...]” (ESTEVA, 2000, p. 60). Não era a primeira vez que os países da periferia do capitalismo global eram tachados de subdesenvolvidos. A referida política externa norte-americana trazia, assim, um consenso das economias consideradas centrais sobre um novo significado para a palavra desenvolvimento. Dito de outra forma: “a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo.” (FURTADO, 1978, p. 69) – o desenvolvimento adquiria significado vinculado à *performance* internacional.

Em termos mais amplos, o debate político e acadêmico no período subsequente à Segunda Guerra, principalmente quanto à tríade Estado, Sociedade, Economia, passa a incorporar esta noção de desenvolvimento. As políticas intervencionistas do Estado, de



influência keynesiana, ditaram desenvolvimento por meio da reconstrução da Europa, entre 1939 e 1945, mas, também, ao propiciar condições às políticas de Bem-Estar Social. O modelo, considerado de sucesso, teve seu transplante para a periferia do capitalismo global a partir da Organização das Nações Unidas – sendo, aliás, um dos motivos para a sua criação em 1945 – levando ao surgimento, mais tarde, de sua seção latino-americana, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (THEIS, 2022).

Uma rápida mirada para os antecedentes históricos desta noção de desenvolvimento a que se havia chegado permite vislumbrar sua relação estreita com *progresso*, um termo que circulava na Europa do século XVII. Naquele momento, progresso representava a saída da decadência societária em direção à possibilidade de prosperidade advinda dos tempos modernos. Mas, o fortalecimento das relações sociais propriamente econômicas ao longo do século XVIII posiciona o *progresso* em favor do Capital. “Tudo que conduzia ao progresso, à ‘riqueza das nações’, na feliz síntese do título da obra clássica de Adam Smith, ganhava legitimidade.” (FURTADO, 1978, p. 63). A Economia Clássica, por exemplo, funda suas bases teóricas no contexto histórico da acumulação de capital; sua Crítica, primeiramente por Marx & Engels, investiga as contradições da acumulação capitalista (THEIS, 2022). O ponto é que economia se conecta à progresso de forma a dar sentido único às relações sociais e à vida dos indivíduos. A sociedade baseada na busca pelo progresso prospera segundo sua base econômica até as primeiras décadas do século XX; até o limite dos fortes desgastes que o termo passa a sofrer. Isto decorre, sobretudo, das mudanças de paradigmas sociais e filosóficos devidos, principalmente, às Grandes Guerras Mundiais e às crises político-econômicas nos Estados. A confiança no progresso como condição necessária ao avanço de toda e qualquer sociedade, passa, então, a creditar suas esperanças e promessas ao arcabouço político regido pelo *desenvolvimento* (HEIDEMANN, 2009).

Com a cristalização das bases do desenvolvimento a hegemonia teórica/científica moderna tratou de subjugar espaços economicamente menos relevantes resultando em variadas alternativas para escape da condição indigna na qual estes territórios foram classificados – claramente o território latino-americano incluía-se/inclui-se nesse processo, cuja orientação adquiriu um “poder colonizante súbito e violento”. Por consequência, “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.” (ESTEVA, 2000, p. 63). De maneira que, “[...] os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram a ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas cujo comportamento se explica exaustivamente a partir de um número limitado de dados.” (FURTADO, 1978, p. 68-69).



Por diferentes caminhos ao longo da segunda metade do século XX a leitura sobre desenvolvimento atravessa uma fase de “aprimoramento” conceitual, embora sua representação se resumisse a um forte vínculo com o crescimento da renda per capita nos países. Este movimento esteve presente tanto em instituições como a Organização das Nações Unidas, na década de 1960, e em seus posteriores relatórios anuais, e o Banco Mundial nos anos 1970 (ESTEVA, 2000), como em perspectivas teóricas a partir das Universidades, originando diversos adjetivos com propriedades endógenas, integrativas, de justiça social, inclusivas, humanas, culturais e, também, vinculadas à espacialidade do desenvolvimento.

A regionalização do desenvolvimento entraria em discussão a partir da interdisciplinaridade contida na *ciência regional*. Em 1954 o tema institui-se cientificamente com a criação da *Regional Science Association*, por Walter Isard e um grupo de mais de 60 economistas, geógrafos, cientistas políticos, sociólogos e teóricos urbanistas, cujo objetivo principal estava em promover o estudo sobre as regiões utilizando os métodos e referenciais teóricos das ciências sociais, além de outras formas que promovessem compressão à regionalidade do desenvolvimento (BENKO, 1999; ISSERMAN, 2001). Uma das questões estava na análise das diferenças regionais do crescimento e do desenvolvimento: ao mesmo tempo em que se tratava de uma preocupação com o crescimento das regiões, também era com a formação da desigualdade no espaço. Com efeito, tais preocupações levam à formação de um quadro teórico para a formulação do conceito de *desenvolvimento regional*.

Cabe dizer, portanto, que “o conceito de desenvolvimento se refere a um processo de mudança social, buscado de forma deliberada [...], viabilizado pela mobilização de recursos (econômicos e não-econômicos), visando alcançar fins previamente definidos por uma coletividade ou por grupos sociais que a representem”. (SOUZA; THEIS, 2009, p. 12). Nestes termos, desenvolvimento regional tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade regionalmente organizada sem vincular-se exclusivamente ao aspecto econômico. Isto é, diz respeito à regionalidade do desenvolvimento, mas, sobretudo, ao seu caráter “socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas, na participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro” (SOUZA; THEIS, 2009, p. 12).

As rupturas disciplinares, científicas, metodológicas exigidas pela análise regional seriam praticamente impossíveis de serem alcançadas caso se privilegiassem os “especialistas” do campo regional. O aporte de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento tem por objetivo evitar incorrer a secção disciplinar, permitindo a reconstrução



do objeto em toda sua concretude, intercomunicando, mediando, sintetizando (CORAGGIO, 1989).

Um elemento presente nas pesquisas realizadas na direção do desenvolvimento regional enquanto um “campo” diz respeito à dicotomia entre “conhecimento positivo” e “conhecimento normativo”. Pois, desenvolvimento regional tem sido reconhecido como fato (dimensão positiva) e como estratégia (dimensão normativa). Ou seja, por desenvolvimento regional se tem entendido tanto a evidência empiricamente verificável como também a política pública orientada para certos propósitos.

É preciso assinalar que perceber desenvolvimento regional enquanto fato, isto é, como aspecto do mundo empírico, permite que se apreenda o intrincado funcionamento da sociedade em que predomina o capital. Portanto, no plano positivo, a compreensão do processo de desenvolvimento regional como evidência empiricamente verificável, obtida a partir de criteriosa investigação baseada no uso de método cientificamente válido, é considerado um propósito legítimo. Já no plano normativo, desenvolvimento regional é entendido como estratégia, ou seja, a partir de coordenação de esforços e/ou recursos, visando o alcance de objetivos previamente formulados. E estratégia, aqui, remete a políticas públicas, isto é, a medidas adotadas por (órgãos de) governos, situados e atuantes em diferentes níveis político-administrativos, para a consecução de fins específicos. Significa que desenvolvimento regional corresponde a medidas visando combater disparidades inter-regionais e suas consequências em termos de concentração econômica e desigualdades sociais.

Quando se integra a compressão positiva e normativa entende-se desenvolvimento regional como “algo bom com que se procura combater algo ruim (as desigualdades).” (THEIS, 2019, p. 354). Contudo, embora, desenvolvimento, bem como seu caráter regional, obedeçam a uma direção linear, não há apenas uma solução quando se procura dirimir disparidades. Os caminhos propositivos para o desenvolvimento regional divergem entre si, com estratégias (i) que incorporam as funções de regulação do Mercado, (ii) admitem a atuação/intervenção do Estado, e (iii) entendem a superação das condições materiais como fundamental para a evitar a (re)criação das disparidades regionais. Cabe enfatizar aqui, a perspectiva trazida pelo terceiro enfoque dentre as estratégias propositivas para o desenvolvimento regional, pelo qual se privilegia a autonomia de cada comunidade regional para a definição de seu projeto societário. O amparo das condições de desigualdades espaciais observadas nas comunidades não pode restringir-se aos caminhos propostos somente pelo Mercado e pelo Estado. Pois, “[...] em síntese: as desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia.” (THEIS, 2019, p. 355).



Adicionalmente, cabe trazer à atenção o reconhecimento do regional enquanto essência às problemáticas sociais – tanto no Brasil quanto na América Latina. O objetivo fundamental dos estudos que conectam desenvolvimento à região está em encontrar as articulações mais eficazes entre os conflitos de base regional e as lutas sociais. Deste modo, como tentativa sintética de avaliar potencialidade no meio social, uma *questão regional* sempre terá bases materiais: nunca será um movimento ideológico, desenraizado da sociedade civil (CORAGGIO, 1989).

Por meio desta perspectiva defende-se o desenvolvimento regional sob sua possibilidade normativa e propositiva, conectado a estratégias que não privilegiem a regulação pelos Mercados ou a ação dos Estados para a dissolução das disparidades regionais, isto é, estratégias que não deixem de continuar entendendo o desenvolvimento em sua perspectiva tradicional como um processo positivado na história e verificável empiricamente. Toma-se desenvolvimento regional como um campo de estudo que, em termos normativos, impulse e reconheça a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada.

Nesta direção, indica-se uma alternativa ao desenvolvimento enquanto um processo positivado, cuja estratégia normativa consiste, fundamentalmente, na resistência consciente dos indivíduos, tanto em seus locais de trabalho quanto de moradia, seja no campo ou na cidade, sob as condições nas quais são submetidos no que diz respeito à *relação-capital* (THEIS, 2022), cuja dinâmica aparece reiterada continuamente pela assim chamada *acumulação primitiva* (MARX, 1985). O caráter processual da acumulação primitiva subsiste de forma suspensa por meio das próprias relações constituídas pelo capital. A separação do trabalhador da propriedade de seus meios de produção não é resultado da relação-capital, mas está na gênese do capital, como seu pressuposto constitutivo. Portanto, a separação do trabalhador de seus meios de produção dá início ao processo de acumulação primitiva, mas, outrossim, aparece como um processo permanente de acumulação e concentração, expressando-se, por fim, na centralização do capital existente nas mãos de pouquíssimos indivíduos (BONEFELD, 2001). Ou seja, uma alternativa ao conhecimento positivado relativo ao desenvolvimento, como estratégia normativa do desenvolvimento regional, remete a uma saída “por fora”, que reconheça o predomínio, quase absoluto, da relação-capital, e de forma permanente, em quase todos os níveis de vida de indivíduos e em suas coletividades (THEIS, 2022).

É justamente desse pressuposto que se trata a luta pela emancipação humana, pela qual os indivíduos reconhecem e organizam suas próprias forças, as quais historicamente ficaram sob domínio do capital. E, além disso, entendendo suas forças, inerentes, constituídas



por forças sociais e forças políticas; forças próprias à dignidade humana. Não como forças separadas de suas condições, mas como práticas sociais conectadas aos indivíduos. “A cooperação humana deve ser liberada de suas relações antagônicas de capital; melhor: tem que se emancipar de sua forma capitalista para se afirmar como cooperação humana [...]” (BONEFELD, 2001, p. 12, tradução livre).

A emancipação pode ser pensada a partir dos caminhos incertos tomados pelas trajetórias individuais e coletivas autonomamente decididas, realizados por grupos e movimentos diversos, mas que compartilham modos de vida similares. Pois, quando sujeitos a específicas relações de subordinação, exploração, opressão, criam capacidade autônoma de organização para liberar e decidir em direção ao confronto com a ordem dominante. A emancipação aparece, assim, não como uma meta a se alcançar, mas como a trajetória em si (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2012). “A autoemancipação se realiza a partir da capacidade, da vontade e da disposição prática de não ser dominado: trajetórias orientadas por algum ou vários projetos.” (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2012, p. 348, tradução livre).

A luta pela autonomia e pela autodeterminação social exige que os meios de produção sejam transformados em meios de emancipação humana (BONEFELD, 2001). Para que seja possível criar condições materiais que evitem a (re)criação de disparidades regionais as estratégias normativas do desenvolvimento regional devem estar relacionadas à superação da alienação dos indivíduos em relação as suas práticas sociais ou emancipatórias.

São “momentos extraordinários” da vida social. Situações em que as relações de dominação e exploração começam a diluírem-se, adquirindo aspectos de fluidez para, enfim, serem desfeitas. Por meio de *transformações sociais desde abaixo*, o controle exercido pelo capital e pelo Estado tende a tornar-se maleável e suscetível a adquirir uma nova forma. Durante os breves períodos emancipatórios, práticas e saberes dos dominados e marginalizados social e economicamente tornam-se visíveis e se expandem, possibilitando que suas vozes alcancem espaços de debate e de decisão pública (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2012, p. 346). Uma alternativa de resistência consciente dos indivíduos, que impulse e reconheça a autonomia e a autodeterminação social presente em distintos movimentos da sociedade civil organizada, se fundamenta, assim, numa *transformação social desde abaixo*.

Muitos são os esforços no mundo que parecem promover *impulsos para a autodeterminação social* a partir de uma *transformação social desde abaixo*. Os casos mais recentes em atividade estão no Movimento Zapatista, no México, e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil (DINERSTEIN, 2015).



Autonomia e autodeterminação social

Autonomia é um conceito que vem sendo utilizado para caracterizar distintas práticas sociais no mundo, sejam por trabalhadores desempregados na Argentina, posseiros na Itália, comunidades indígenas no México, trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. Devido à grande variedade de experiências entendidas como autônomas certas dificuldades recaem sob uma definição mais precisa sobre o que se pode entender por autonomia.

A etimologia da palavra autonomia é compreendida a partir das derivadas gregas *auto* (eu, de si mesmo) e *nomos* (costume, lei), resultando no significado unificado da autonomia como o “costume ou a lei do eu” ou à “lei de si mesmo”. O acréscimo da dimensão política ao termo altera a compreensão de autonomia quanto a seu nível individual em direção à autonomia coletiva, entendendo-a como os costumes ou leis que são próprias de um grupo ou coletividade. Deste modo, uma definição mais singela entende a autonomia como a capacidade e o direito de um grupo governar-se pelos seus próprios meios, produzir suas próprias leis e administrar seus próprios assuntos. A autonomia pode ser definida, portanto, como um coletivo governado por “por regras autoestabelecidas, por autodeterminação, por auto-organização e por práticas de autorregulação, particularmente em relação ao Estado e às relações sociais, econômicas e culturais capitalistas.” (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010, p. 19, tradução livre).

A autonomia coletiva se apresenta como uma utopia mobilizadora para diversos e novos movimentos que eclodiram após os anos 2000 principalmente no sul global. Um dos resultados foi uma expansão pelo interesse nos processos autônomos, bem como de seu potencial político no período mais recente. As raízes históricas da autonomia, sejam as lutas operárias e libertárias e os ideais marxistas autonomistas da década de 1960 na Europa, sejam os movimentos rurais, urbanos e indígenas da América Latina e Brasil, contribuíram para um processo emancipador de escala mundial no contexto da globalização neoliberal (DINERSTEIN, 2013a). As experiências autônomas buscam combinar novas formas de intervenção, produção e organização social com políticas emancipatórias questionadoras dos fundamentos do capitalismo (KATSIAFICAS, 2006; REY, 2004).

As lutas autônomas que emergiram do interior da globalização neoliberal, representam, inclusive, uma ameaça para o poder expansivo e destrutivo do capital global. No âmbito das experimentações práticas e das análises políticas – auto-organização ou autogoverno, autorrepresentação, autodeterminação, autogestão – a autonomia foi transformada na América Latina em uma das principais estratégias revolucionárias para o



século XXI. Uma das diferenças entre os movimentos autônomos e as demais organizações sociais está no fato de os processos autônomos terem iniciado “uma construção complexa e promissora, mantendo uma relativa distância (discursiva e, também, prática) do Estado e de outras formas institucionalizadas de participação e resistência.” (DINERSTEIN, 2013a, p. 24, tradução livre).

O debate teórico-político sobre autonomia pode ser organizado a partir de, pelo menos, três perspectivas. A primeira, se refere à autonomia do capital, tanto a partir das classes trabalhadoras quanto das organizações sindicais. A segunda perspectiva pela qual entende-se autonomia envolve a autonomia do Estado, compreendendo os movimentos que operam por meio do poder estatal, tal como partidos políticos e sindicatos. Já uma terceira frente nos debates sobre autonomia aponta para a rejeição da dominação colonial e da dependência depositada no desenvolvimento, com ênfase no reconhecimento e preservação de experiências locais específicas de conhecimento (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010).

O discurso da autonomia relativo à sujeição social ao capital procura entender os movimentos que buscam independência do modo de produção capitalista. No centro desta perspectiva está a noção de “autovalorização da classe trabalhadora” desenvolvida pelo filósofo político italiano Antonio Negri, pela qual se salienta que atributos tais como o Valor, a criatividade e a inovação não têm origem no Capital, mas criados pelos próprios trabalhadores, no interior do processo de produção (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010).

Uma segunda frente de discussão em torno da autonomia decorre da ênfase da autonomia do Estado. Envolve a negação das normativas e determinações do Estado, bem como a rejeição de que mudanças sociais possam ocorrer através de qualquer uma das formas de poder do Estado. Do ponto de vista teórico, esta abordagem se estabelece a partir do marxismo aberto, tendo origem no Reino Unido entre as décadas de 1980 e 1990. Embora os marxistas abertos sejam distintos dos autonomistas italianos, seu movimento intelectual compartilha muitas das preocupações relativas à produção capitalisticamente organizada (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010).

Um dos teóricos identificados a partir do marxismo aberto é o economista irlandês John Holloway. Por meio desta perspectiva, não é suficiente somente inverter a lógica entre o capital o trabalho, mas necessário promover a dissolução desta relação. Bem como entende que a autonomia do capital, defendida pelos autonomistas, deve ir além, incluindo também a autonomia do Estado. “A autonomia, ou a busca por ela, envolve a capacidade de dizer ‘não’ às formas existentes de poder e dominação, que órgãos poderosos, como o Estado, procuraram impor a você.” (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010, p. 21, tradução livre).



Portanto, o argumento mais relevante para se pensar a autonomia a partir do marxismo aberto, principalmente por meio de John Holloway, se refere à “negatividade prática”. Ou seja, significa que a autonomia está no ato de fazer as próprias mudanças sociais devidas, sem tomar o controle do Estado, mas separando as estruturas de poder existentes ao negar a estrutura social dada.

Em uma terceira perspectiva mais ampla sobre autonomia a ênfase está no processo hegemônico de desenvolvimento e colonialismo engendrado pelos países do Norte a boa parte dos demais países do mundo, mas, principalmente, ao Sul global. Aqui, a autonomia almeja a autodeterminação e auto-organização de países, pessoas e comunidades locais inseridas no contexto de contínuas desigualdades produzidas por um modelo de desenvolvimento neocolonial (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010).

Portanto, não se aponta apenas para a autonomia do capital (por meio da criação da autonomia) ou do Estado (a partir da negação do *status quo*), mas para formas universais de conhecimento. Isto pode ocorrer tanto a partir da desconexão dos sistemas internacionais de acumulação as quais as sociedades periféricas são submetidas, como por meio da valorização de histórias, culturas e saberes locais apagados intencionalmente (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010).

Para que o conceito de autonomia não seja demasiado simplificado a partir de sua abstração mais teórica, é importante considerá-lo por meio de, pelo menos, quatro questões mais elementares, relativas: à experiência autônoma de movimentos indígenas e não indígenas; às interpretações eurocêntricas ou colonizantes de autonomia; aos movimentos rurais e urbanos não indígenas; à constante (im)possibilidade da autonomia.

Não tendo como objetivo aqui esgotar a compreensão da autonomia, cabe trazer à atenção sua lógica permanentemente mutável e transformadora. Pois, é fundamental que se compreenda a autonomia coletiva a partir das tendências e dinâmicas que propiciam aquilo que ela tende a se tornar. Nesta questão, Ana Dinerstein (2013a, 2013b) traz à reflexão que a autonomia é, ao mesmo tempo, possível e impossível – um projeto (im)possível – cujo potencial está tanto em desafiar o que está posto e pré-determinado socialmente, quanto em articular experiências que conduzam a um cenário *que ainda não se tornou* – inspirando-se n’O princípio esperança de Ernst Bloch. A autonomia é um “processo aberto e um início da luta *pela* autonomia, um lugar da luta política pelo que a autonomia pode significar na prática.” (DINERSTEIN, 2013a, p. 28, grifo da autora, tradução livre). Uma luta permanente e contínua dentro das estruturas do Capital, Estado ou Desenvolvimento. Devendo ser mais bem conceituada, portanto, como uma “tensão antagônica entre forças positivas de criação e desafio dialético negativo envolvido” nos movimentos autônomos (BÖHM; DINERSTEIN;



SPICER, 2010, p. 27, tradução livre). O impulso para a autonomia tende, portanto, à constante contradição, visto como um local de constantes lutas.

Estas e outras questões a respeito da atividade prática autônoma procuram situar as experiências autônomas como estruturas coletivas que criam espaços a partir dos quais tende a se originar alternativas à realidade capitalista (DINERSTEIN; DENEULIN, 2012). Espaços que intrinsecamente suportam uma tensão entre rebelião e institucionalização; tensão entre a resistência e a ação para mudar o mundo, por um lado, e a incorporação de ideologias e legislações estatais que incluem a autonomia como parte dos discursos oficiais do Estado, por outro. A capacidade da autonomia criar aqueles espaços advém justamente da habilidade autônoma em lidar com estas *tensões*.

Por meio desta reflexão, Ana Dinerstein (2013a) entende o potencial da autonomia coletiva relacionado à provocação de “rachaduras” na realidade capitalista – apoiando-se em John Holloway – desde as quais emanem novas realidades anti-hegemônicas.

Movimento Zapatista (México)

Na madrugada de 1º de janeiro de 1994 se iniciava um levante armado no Estado de Chiapas, sul do México, organizado pelo Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN). O ataque e a ocupação de sete capitais municipais mexicanas, San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Ocosingo, Oxchuc, Huixtán e Chanal, originou o, então chamado, movimento revolucionário zapatista. Neste mesmo dia, o EZLN trouxe à tona seu primeiro comunicado oficial, a Primeira Declaração da Selva Lacandona, cujo conteúdo informava os propósitos políticos e sociais do movimento, bem como convocava a todos e a todas interessados e interessadas a unirem-se às forças revolucionárias (DINERSTEIN, 2015; DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013).

A luta, seja a armada ou a social, não se cessou naquele dia, estendendo-se ao longo de todo o ano de 1994 e seguintes, cuja inspiração estava na possibilidade de mudar o mundo sem tomar o poder do Estado – perspectiva amplamente analisada por John Holloway (2003, entre outras publicações) – por meio da construção de um *contrapoder* desde as bases sociais. Integrando-se às comunidades indígenas locais, o movimento zapatista representou, e continua representando, um grito de dignidade do povo mexicano, reivindicando terra, justiça e liberdade (DINERSTEIN, 2014, 2015; DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013).

Os processos autônomos presentes no movimento zapatista levaram à radicalização da democracia nos territórios, tanto no contexto dos *Municipalidades Autónomas Rebeldes*



Zapatistas (MAREZ), autodenominados em 1994 no estado mexicano de Chiapas, quanto pela criação em 2003 dos *Caracoles* e das *Juntas de Buen Gobierno (JBG)*. Por meio dessas estruturas sociais, o movimento zapatista pôde conceber uma organização autônoma do território e da política local (DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013; MARCOS, 2004).

Em um panorama, a autonomia zapatista pode ser entendida a partir da convergência, pelo menos, quatro processos: 1) A busca pela autonomia dos povos indígenas, por exemplo, resultou em diversas rebeliões ao longo da história, atravessando o processo de colonização pela Espanha, desde o século XVI, a Guerra pela Independência do México, no século XIX, e a Revolução Mexicana, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. 2) A influência da religiosidade na percepção da autonomia em Chiapas possui relevância uma vez que o movimento zapatista acabou tornando-se a própria realização prática da Teologia da Libertação. 3) Quanto às guerrilhas e sua influência no processo de autonomia zapatista, cabe destacar que a partir do contato entre o EZLN e os povos indígenas, o Subcomandante Insurgente Marcos encontraria uma nova perspectiva para a organização guerrilheira na luta contra a hegemonia do Estado e das leis, bem como da própria autonomia para o estado de Chiapas. 4) Outro contexto que encadeia uma dinâmica de autonomia para o movimento zapatista se refere à traição por parte dos governos nacionais mexicanos e de seus partidos políticos. “Essa falta de ‘honra’ ou respeito aos acordos [entre os Zapatistas e o Estado mexicano] constituiu uma experiência em que, segundo as palavras de Marcos, *se abriram as portas para que a luta pela autonomia se aprofundasse.*” (DINERSTEIN; GHIOTTO; PASCUAL, 2013, p. 122, grifos dos autores, tradução livre).

Este contexto político é um dos grandes responsáveis pela alternância na direção revolucionária do movimento zapatista, cujo caminho passa da luta armada guerrilheira como forma de retirar o poder do Estado, para uma luta contra o poder do Estado na defesa da autonomia das comunidades mexicanas de Chiapas.

Quanto às formas de autogoverno desenvolvidas pelos zapatistas cabe destacar que os *Caracoles* são espaços de organização das comunidades autônomas zapatistas a nível regional. Foram criados em 2003, em substituição às *Agascalientes*, sendo que em cada uma delas opera um *Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General (CCRI-CG)* – considerados os centros de comando do EZLN – e, também, uma *Junta de Buen Gobierno (JBG)*. Assim como eram as *Agascalientes*, cinco foram os *Caracoles*. Mais recentemente, em 2019, onze espaços de autogoverno coletivos e rotativos foram adicionados aos *Caracoles*, e redenominados para *Centros de Resistencia Autónoma y Rebeldía Zapatista (CRARZ)* (ROSSET; BARBOSA, 2021).



No nível municipal e local funcionam as *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* (MAREZ), que são instâncias de auto-organização da sociedade civil formadas por comunidades ou povoados de maior proximidade. O conjunto das 38 MAREZ existentes ocupa cerca de 40% do território do estado de Chiapas, uma vez que compreende mais de 1.100 comunidades rebeldes zapatistas, compostas, cada uma, por uma população entre 300 e 400 pessoas (DINERSTEIN; GHIOTTO; PASCUAL, 2013).

A diferença entre os *Caracoles* e as *Juntas de Buen Gobierno* está na complexidade da participação popular e decisão, embora ambas as instâncias estejam conectadas entre si e o poder sempre estar diretamente no povo. Enquanto nos *Caracoles* ocorrem os primeiros encontros entre a sociedade civil e as comunidades indígenas zapatistas, e, também entre elas mesmas, nas *Juntas de Buen Gobierno* instauram-se atores, processos e organizações governamentais autônomas para a gestão política no nível regional. As sedes das *Juntas de Buen Gobierno* ficam nos *Caracoles*, mas as decisões tomadas implicam todas as *Municipalidades Autónomas Rebeldes Zapatistas* (MAREZ) e demais comunidades compreendidas (DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013; ESPINOZA, 2006).

Os *Caracoles* são a parte mais visível do movimento zapatista, nos quais se manifestam a organização interna dos povos de Chiapas, funcionando como caminho de entrada e saída das comunidades autônomas. É o espaço onde se encontram escolas, salas destinadas para assembleias, áreas de descanso e esportes, centros de saúde, representações das cooperativas zapatistas (DINERSTEIN, 2015; DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013).

As MAREZ, junto das JBG e dos *Caracoles* formam um processo autônomo de tomada de decisões no interior do movimento zapatista. Cada comunidade, cada povoado, nomeia suas próprias autoridades, agentes municipais e membros dos Conselhos Autônomos – as instâncias máximas de decisão no nível local. Por sua vez, são dos Conselhos Autônomos municipais que se realiza a escolha dos representantes para as *Juntas de Buen Gobierno*, resultando numa composição pluriétnica. As JBG agrupam, assim, vários municípios, concentrando-se, por exemplo, na administração da justiça, na mediação de conflitos, na outorga de certificados e documentos de identidade. Mas, também, procuram orientar planos e estratégias econômicas para a região de competência, bem como o esquema de ações com objetivos relacionados à saúde, educação e bem-estar (DINERSTEIN, GHIOTTO, PASCUAL, 2013; ROSSET, BARBOSA, 2021).



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organiza em 1985 no Brasil como um coletivo independente de partidos políticos, em parceria com outros movimentos sociais relevantes, tal como a Via Campesina e a Central Única dos Trabalhadores. A luta pela reforma agrária no Brasil havia resultado em novas formas de pressão por parte das famílias camponesas, cuja organização realizou intensivas ocupações de terra entre 1979 e 1984. As disputas pela terra unem as famílias envolvidas, dando origem ao MST e posicionando-o como um dos movimentos sociais mais importantes da América Latina. As práticas autônomas por meio dos assentamentos rurais foram elementos constitutivos fundamentais do MST, além da ampliação de sua autodeterminação vir ocorrendo ao longo de toda a trajetória do movimento (DINERSTEIN, 2015; FERRERO, 2013).

O MST criou no Brasil sua própria reforma agrária, indo para além do questionamento sobre a desigual distribuição de terras, quando impulsiona a criação e a experimentação de formas alternativas e autônomas de organização das propriedades rurais, da produção no campo e da distribuição dos resultados do trabalho humano que compõe o movimento. A reforma agrária a partir do MST tem início com a tomada das terras, e, continuidade, com a criação de acampamentos e assentamentos em diversas regiões do Brasil, os quais são convertidos em espaços territoriais para a construção cotidiana da autonomia. Além disso, conta com projetos comunitários locais que facilitam a socialização da terra e a coletivização da produção, bem como promovem o caráter educacional do movimento, por meio de programas de formação com cunho emancipatório. No período mais recente, a autonomia e a autodeterminação presente no MST esteve, ainda, fortemente relacionada à defesa da soberania alimentar global e nacional em conjunto com o grande coletivo em torno da Via Campesina (DINERSTEIN, 2015; FERRERO, 2013).

Logo durante o processo de concepção do MST já se decidiu sobre um sistema de organização que fosse autônomo de organizações sindicais, religiosas e políticas. Ao longo do tempo, o MST conduziu como uma de suas principais aspirações a independência e o autogoverno de suas tomadas de decisão. As formas de protesto e reivindicação ao Estado nacional brasileiro incluem, por exemplo, mobilizações e marchas nas ruas, concentrações regionais, audiências diretas com ministros e governadores, acampamentos provisórios nos espaços urbanos ou nos arredores das fazendas a serem desapropriadas e ocupações de



órgãos públicos em que participam dezenas ou centenas de famílias que vivem e dependem do trabalho no campo (DINERSTEIN, 2015; FERRERO, 2013).

Os processos autônomos presentes no MST estão no momento de formação do movimento, quando “ocupar e resistir” significou sua construção autodeterminada, mas, também, nos agrupamentos coletivos em torno dos assentamentos, cujas dinâmicas internas, inclusive as de “produção”, encontram-se em um movimento permanente de autoaprendizagem. De forma mais específica, a autodeterminação dos assentamentos do MST pode ser entendida a partir de, pelo menos, três pontos de vista: comunitário, produtivo e formativo.

A heterogeneidade das famílias que ocupam os assentamentos exige flexibilidade na organização dos espaços, procurando garantir atenção às especificidades locais para a estruturação de governos autônomos e descentralizados. São diversos tipos de situações que unem pessoas que perderam o acesso à terra: trabalhadores assalariados rurais expropriados, trabalhadores eventuais, meeiros e arrendatários, ex-trabalhadores rurais. A diversidade do território brasileiro produziu, também, diversidade nos assentamentos rurais do MST, criando espaços rurais comunitários, redes de solidariedade e cooperação que talvez nunca existiriam de forma totalmente espontânea.

Por meio de outra perspectiva é possível compreender que os círculos de produção realizados nos assentamentos são muito substantivos quanto aos seus impactos nas famílias e no meio ambiente. A diversificação da produção realizada pelas famílias promove o desenvolvimento econômico de regiões antes estagnadas ou com renda extremamente concentradas, além de proporcionar ganhos em biodiversidade, principalmente em áreas com predominância de monoculturas. Com a criação de banco de sementes e criação de espécies menos cultivadas, fornecedores locais passam a compor a esfera de produção. Mercados locais de distribuição são intensificados, incluindo a venda para fora dos limites dos assentamentos. Novas frentes de trabalho, sejam rurais ou urbanos, garantem empregabilidade às famílias de extrema vulnerabilidade social. Desta forma, a esfera da produção experienciada nos assentamentos propicia uma verdadeira reforma agrária, desde as bases, ainda que mais restrita. “Uma reforma agrária que permite uma relação diferente entre produtores, com a terra, a produção e o meio ambiente.” (FERRERO, 2013, p. 104, tradução livre).

Uma vez que os assentamentos se firmaram como espaços plurais, comunitários, com atividades produtivas que integram e respeitam as heterogeneidades locais, houve necessidade em compartilhar os aprendizados adquiridos como forma de construir conhecimento permanente sobre as práticas autônomas criadas. Nesta direção, o MST



procura integrar as famílias assentadas nos diversos programas de formação elaborados pelo próprio movimento, sejam cursos, palestras, oficinas de caráter mais técnico, voltados para a produtividade e sustentabilidade no campo, ou político, no sentido de provocar o debate sobre a reforma agrária no Brasil e as demais frentes de militância do MST (DINERSTEIN, 2015; FERRERO, 2013). Um dos resultados mais emblemáticos do ponto de vista da formação autodeterminada se refere à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada em 2005 pelo MST. A ENFF foi construída pelas mãos de mais de 1 mil assentados do MST e com o apoio de outros movimentos sociais; tornou-se referência internacional ao unir as atividades teóricas com as vivências práticas. Por meio de cursos ministrados por professores e intelectuais voluntários, trabalhadores rurais sem-terra tem a oportunidade de acessar cursos de graduação e pós-graduação, a partir de uma experiência educativa totalmente autogerida pelos integrantes do movimento (MST, 2020).

Além destes elementos de autonomia, também se identifica no MST a construção da “soberania alimentar” como uma abordagem mais recente em direção a autodeterminação social. Assim, é possível considerar dois grandes períodos na atuação do MST, cuja divisão ocorre nos anos 2000.

As práticas autônomas que resultaram do processo de consolidação do MST, principalmente verificadas no interior dos assentamentos rurais, foram sendo acrescidas, após os anos 2000, pelo caráter educativo e de autoaprendizagem do movimento, redefinindo, internamente, o próprio tratamento da reforma agrária. As práticas e as lutas autônomas em torno da soberania alimentar passam a representar as bases da transformação do MST. “A soberania alimentar se apresenta como o novo tema disruptivo e subversivo, como foram as tomadas de terras e a luta pela reforma agrária clássica em outro momento histórico.” (FERRERO, 2013, p. 110, tradução livre). O direito à comida é assumido pelo MST, em conjunto com a Via Campesina, como uma resistência do campo em escala global à hegemonia do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento para o Brasil no período mais recente.

Considerações finais

Este artigo procurou reunir argumentos para realizar uma leitura crítica da perspectiva do desenvolvimento regional a partir de contribuições da ótica da autonomia, baseando-se, principalmente, nas experiências do Movimento Zapatista, no México, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil.



O levantamento bibliográfico qualificou ambas as experiências a partir de suas características mais estreitas com a autonomia, a qual é entendida como uma dinâmica presente desde o momento de constituição desses movimentos sociais. Neste sentido, a ótica da autonomia ganha relevância teórica e prática para se apontar caminhos alternativos ao desenvolvimento (regional).

Quanto à relação entre autonomia e desenvolvimento (regional) cabe destacar que se funda em um contexto contraditório. Pois, a nova orientação estratégica na esfera internacional quanto às políticas de desenvolvimento para o século XXI, incorpora às escalas nacional, regional e local, grupos que emergiram justamente como oposição ao neoliberalismo, tais como as experiências cooperativas, de autogestão, com participação social, a partir de movimentos de base e organizações não-governamentais (DINERSTEIN, 2013a). Neste sentido, movimentos sociais que buscam autonomia do Estado e do mercado são cooptados como meio à descentralização e à governabilidade neoliberal em distintas escalas espaciais.

As ações do movimento zapatista (México) são vistas como autônomas e sem a tentativa de tomar o poder do Estado. As propostas zapatistas são amplas, sem que o Estado esteja no centro das mudanças sociais. Buscam, portanto, transformar a vida das pessoas, e não o circuito de poder do Estado.

A luta pela terra a partir do MST (Brasil) traz ênfase para o agronegócio e seu modelo predatório de produção. De alguma maneira, se entende a experiência como possibilidade de fortalecimento de uma visão alternativa e autônoma de desenvolvimento regional, a partir dos conhecimentos locais e comunitários produzidos, a autodeterminação social e a sustentabilidade ecológica de longo prazo.

Uma saída possível quanto à *permanente* criação de disparidades regionais estaria, assim, organizada a partir do reconhecimento da autonomia por parte dos próprios movimentos sociais. Uma alternativa ao desenvolvimento regional partiria do impulso por autonomia e do reconhecimento da resistência dos indivíduos; partiria de uma *transformação social desde abaixo*.

Sobretudo, os marcos deste artigo em específico sugerem que se avance com a pesquisa no sentido de avaliar os casos de autonomia mexicano e brasileiro enquanto força que motiva autodeterminação social desde a América Latina com vistas a extrair lições.



Referências

- BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999. 160 p. (Geografias).
- BÖHM, Steffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André. (Im)possibilities of autonomy: social movements in and beyond Capital, the State and Development. **Social Movement Studies**, 2010, v. 9, n. 1, p. 17-32.
- BONEFELD, Werner. The permanence of primitive accumulation: commodity fetishism and social constitution. **The Commoner**, n. 2, 2001. p. 1-15.
- CORAGGIO, José Luis. Los términos de la cuestión regional en América Latina. In: CORAGGIO, José Luis; FEDERICO SABATÉ, Alberto; COLMAN, Oscar (ed.). **La cuestión regional en América Latina**. Quito: Ediciones CIUDAD, 1989. p. 9-42.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. La autonomía y sus imaginarios prácticos en permanente construcción. In: DINERSTEIN, Ana C. et al. (ed.). **Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013a. p. 21-37. (Claves del Siglo XXI, n. 13).
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. La nueva gramática de la emancipación. In: DINERSTEIN, Ana C. et al. (ed.). **Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013b. p. 149-175. (Claves del Siglo XXI, n. 13).
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. Social movements, autonomy and hope. Notes on the Zapatistas' Revolution. In: SAVYASAACHI, Ravi Kumar (ed.) **Social movements: transformative shifts and turning points**. New Delhi: Routledge, 2014. p. 236-262.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. **The politics of autonomy: the art of organising hope**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia; DENEULIN, Séverine. Hope Movements: Naming mobilization in a post-development world. **Development and Change**, 43(2), p. 585-602, 2012.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia; GHITOO, Luciana; PASCUAL, Rodrigo. Los zapatistas y la construcción del "nosotros revolucionario". In: DINERSTEIN, Ana C. et al. (ed.). **Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013. p. 117-146. (Claves del Siglo XXI, n. 13).
- ESPINOZA, Manuel Ignacio Martínez. Las Juntas de Buen Gobierno y los Caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. 399 p.
- FERRERO, Juan Pablo. El MST y la otra reforma agraria, Brasil. In: DINERSTEIN, Ana C. et al. (ed.). **Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013. p. 95-116. (Claves del Siglo XXI, n. 13).



FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Sobre la autorregulación social: imágenes, posibilidades y límites. In: ADAMOVSKY, Ezequiel *et al.* (org.). **Pensar las autonomías**. Alternativas de emancipación al capital y al Estado. 1. ed. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra, 2011. p. 343-365.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco. G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. 340 p.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**: o significado da revolução hoje. São Paulo: Editora Viramundo, 2003. Tradução: Emir Sader.

ISSERMAN, A. Regional science. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, Editors-in-Chief: Neil J. Smelser and Paul B. Baltes, Oxford, 2001, p. 12930-12935.

KATSIAFICAS, Georgy. **The subversion of politics**. European autonomous social movements and the decolonization of everyday life. Oakland: AK Press, 2006.

MARCOS, Subcomandante. Chiapas: a décima terceira estela. **Pegada**, v. 5, n. 1 e 2, nov., 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (vol. 1, tomo 2). Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Escola Nacional Florestan Fernandes**. 24 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/01/24/conheca-a-escola-nacional-florestan-fernandes-ha-15-anos-formando-militantes>. Acesso em: 15 abr. 2022.

REY, Mabel Thwaites. **La autonomía como búsqueda, el estado como contradicción**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: un debate urgente. **Aposta. Revista de Ciencias Sociales**, n. 89, abr-mai-jun, p. 8-31, 2021.

SOUZA, Cristiane M. de Moraes; THEIS, Ivo M. **Desenvolvimento regional**: abordagens contemporâneas. Blumenau: Edifurb, 2009. 221 p.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro, 2019.

THEIS, Ivo Marcos. *Hic et nunc*: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, p. 1-23, jan-dez, 2022.